



Ementas

2º Semestre de 2023



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Adalberto Martins
Disciplina:	Efetividade da Tutela dos Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Diante da revolução tecnológica e das novas formas de trabalho, impõe-se revisitar diversos temas atinentes ao direito material do trabalho, na perspectiva dos direitos fundamentais e da concepção de trabalho decente trazida pela Organização Internacional do Trabalho. Nesse contexto, a disciplina objetiva despertar o senso crítico para a pesquisa científica, oferecendo as condições necessárias à utilização do método dedutivo para a solução das diversas questões que se apresentam no âmbito do direito fundamental ao trabalho e do próprio objeto do Direito do Trabalho, trazendo à baila os reflexos das novas tecnologias e da Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho, sem olvidar os temas clássicos que emergem da necessária proteção especial.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais (tradução de Virgílio Afonso da Silva), São Paulo: Malheiros.

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho, Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

CORDEIRO, Antônio Menezes. Direito do Trabalho, 1º v.: Direito europeu, dogmática geral, direito coletivo, Coimbra: Almedina.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho, São Paulo: LTr.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho, São Paulo: Saraiva.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito Antidiscriminatório e os Sistemas Jurídicos Contemporâneos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina Filosofia do Direito I - Por uma Filosofia Jurídica Antidiscriminatória e os Sistemas Jurídicos Contemporâneos, consiste em investigar o debate de lutas por questões estruturais, fundantes, elementares, necessárias e constantes. Os estudos apontam para o direcionamento de convergência no núcleo de temas que buscam reconhecer a existência de uma estrutura construída a partir de racismos contra indígenas, negros, povos e comunidades tradicionais, de discriminações contra as pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas lgbtqi+, imigrantes e refugiadas.

Trata-se de investigar as formas pelas quais os mais diversos privilégios daqueles beneficiados por essa construção social em todas as instâncias dessa sociedade acontecem.

Em uma proposta não eurocêntrica de aprendermos com aqueles que nos antecederam, para decolonizarmos os corpos que foram sistematicamente excluídos, que investigaremos elementos de críticas jurídicas e sociais.

E assim propõem-se estudos Decolonizadores no campo do Direito a fim de entendermos as múltiplas identidades nacionais e a compreensão de como o sistema jurídico passa, nos últimos tempos, por atos normatizados que consistem em revogações ou denúncia de normas protetivas de populações vulneráveis com o fito etnocida ou com intuito de minorar garantias estatuídas pela norma revogada.

Bibliografia Básica:

CAMPILONGO, Celso Fernandes, GONZAGA, Alvaro de Azevedo e FREIRE André Luiz (coords.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PUC-SP

CARVALHO, Matheus. Privilégios brancos no mercado de trabalho: Diversidade, raça e racismo entre profissionais no Brasil contemporâneo. São Paulo, Matrioska, 2021.

GALIB, Carolina Piccolotto. Imigrantes e refugiados. São Paulo, Matrioska, 2021.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo Decolonialismo Indígena, São Paulo, Matrioska, 2^a ed. 2022.

LANCELLOTTI, Júlio. Tinha uma pedra no meio do caminho. São Paulo, Matrioska, 2021.

PIMENTEL, Silvia e BIANCHINI, Alice. Feminismo(s). São Paulo, Matrioska, 2021.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca. Inclusão não é favor nem bondade. São Paulo, Matrioska, 2021.

SERRANO, Mariana e CLARO, Amanda. Vidas LGBTQIA+: Reflexões para não sermos idiotas. São Paulo, Matrioska, 2021.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Professor Convidado:	Rui Cunha Martins - <i>lus Gentium Conimbrigae</i> (IGCICHD) da Universidade de Coimbra.
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A disciplina ORDENAMENTO JURÍDICO E SISTEMA visa apresentar algumas das principais teorias sobre o que seja o Direito como sistema de normas, logicamente estruturadas num todo coerente que é o ordenamento jurídico. O método didático será o de aulas expositivas e debates em seminários, desde o conceito devido a Santi Romano, criador do neologismo "ordinamento giuridico" até a mais recente visão de Norberto Bobbio, adotando a construção escalonada das normas concebida por Hans Kelsen, até chegar à ideia de Direito como "sistema de generalização congruente das expectativas comportamentais" na obra de Niklas Luhmann. De tais teorias sobre o fenômeno jurídico como sistema decorrem inúmeras questões a serem analisadas, como o aprofundamento do conceito do que é sistema nas várias épocas da História do Direito, desde os autores jusnaturalistas do século 17 e 18, como Christian Wolff, Samuel Pufendorf e Christian Thomaius, passando pelos historicistas do século 19, como Friedrich Carl von Savigny e pelos Pandectistas como Bernhard Windscheid, até chegar à ideia de Direito como sistema, com base na Sociologia de Talcott Parsons e ao desafio da globalização, levando o Direito a se aproximar da Teoria da Comunicação, como sugere a recente pesquisa de Thomas Vesting.

Bibliografia Basica:

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo, Editora Martins Fontes, 3ª edição, 2010.

CAMPILONGO, Celso Fernandes, GONZAGA, Alvaro de Azevedo e e FREIRE André Luiz (coords.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1ª edição, 2002.

LUHMANN, Niklas. O Direito da Sociedade. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2016.

RAZ, Joseph. O Conceito de Sistema Jurídico: uma Introdução à Teoria dos Sistemas Jurídicos. Tradução de Maria Cecília Almeida. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1ª edição 2012, 2ª tiragem 2018.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	André Luiz Freire
Disciplina:	Filosofia do Direito I - De Hart a Schauer: análise conceitual, naturalismo e debate metodológico na filosofia do direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Cada vez mais filosofia do direito praticada no Brasil tem sofrido influências da filosofia do direito (jurisprudence) da tradição do common law. Por isso, é importante entender como o debate jurídico-filosófico nesta tradição tem sido travado pelos autores mais relevantes e de que forma isso influi na nossa concepção e prática do direito. O modo ainda predominante de discussão jurídico-filosófica na tradição anglo-americana é o da filosofia analítica, que tem em H. L. A. Hart o grande expoente. Nesse sentido, será discutida a análise conceitual com base em Hart e seu debate metodológico com Ronald Dworkin. Em seguida, o curso explorará o naturalismo filosófico (não se trata da discussão do direito natural) no direito, principalmente com base em Brian Leiter. Por fim, debateremos a metodologia filosófica utilizada por Frederick Schauer em seu "A Força do Direito".

Bibliografia Básica:

CAMPILONGO, Celso; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. Enciclopédia jurídica da PUCSP. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>>.

DWORKIN, Ronald. Law's empire. Cambridge: Harvard University Press, 1986. [Há tradução para o português da editora Martins Fontes]

HART, Herbert Lionel Adolphus. The concept of law. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. [Há tradução para o português da editora Martins Fontes e da Fundação Calouste Gulbekian]

LEITER, Brian. Naturalizing jurisprudence. Oxford: Oxford University Press, 2007.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

SCHAUER, Frederick. The force of law. Cambridge: Harvard University Press, 2015. [Há previsão de publicação da tradução em português pela editora Martins Fontes.]



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Arlete Inês Aurelli
Professores Convidados:	Anselmo Prieto Alvarez e Sérgio Seiji Shimura
Disciplina:	Admissibilidade nas Diversas formas de Tutela Jurisdicional com Ênfase no Novo CPC
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Nesse curso, desenvolveremos os seguintes temas em sala de aula:

1. Tutela jurisdicional, Ação, Processo e Procedimento: visão dos conceitos à luz do novo CPC.; Função social da jurisdição e do processo. Direito fundamental de ação como direito à duração razoável do processo
2. requisitos de admissibilidade indispensáveis em todos os tipos de tutela: condições de ação e pressupostos processuais no novo CPC.
3. Cognição judicial e os planos de análise.
4. Condições da ação no novo CPC: deixaram de existir como requisitos de admissibilidade? Devem ser tratados como admissibilidade ou mérito?
5. Requisitos de admissibilidade da ação e processo na tutela inibitória: a ameaça como requisito indispensável.
6. Requisitos de admissibilidade nas tutelas provisórias:
7. Requisitos de admissibilidade da ação e processo no mandado de segurança individual e coletivo: análise da legitimidade ativa e passiva; interesse processual, incluindo a discussão sobre o justo receio como requisito de admissibilidade no mandado de segurança preventivo; possibilidade jurídica do pedido.
8. Direito líquido e certo: condições de ação ou mérito da ação de mandado de segurança?
9. Requisitos de Admissibilidade recursal
- Requisitos de admissibilidade nas ações possessórias
10. Requisitos de admissibilidade na ação monitória
11. Requisitos de admissibilidade da ação e processo no tocante aos juizados especiais.
13. Requisitos de admissibilidade na execução.
14. Requisitos de admissibilidade na ação rescisória



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

16. Requisitos de admissibilidade na Reclamação
17. Requisitos de admissibilidade nas ações coletivas.

Bibliografia Básica:

ARMELIN, Donaldo. Legitimidade para agir no Direito Processual Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do Processo e Técnica Processual. São Paulo: Malheiros.

FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. Condições da ação-enfoque sobre o interesse de agir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades do Processo e da Sentença. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Carla Teresa Martins Romar
Disciplina:	Direito Processual do Trabalho na perspectiva da efetividade dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A busca do equilíbrio entre a celeridade, a efetividade do processo e a segurança jurídica é a tônica que vem pautando o estudo do Direito Processual do Trabalho nos últimos tempos, desde o início de vigência do Código de Processo Civil de 2015. Com as modificações trazidas pela Lei n. 13.467/2017 ("Reforma Trabalhista") as discussões se aprofundaram e a necessidade de um estudo teórico específico dos institutos processuais e das normas jurídicas aplicáveis, aliado a uma análise minuciosa e cuidadosa do entendimento dos Tribunais trabalhistas acerca de todo esse panorama é essencial. As análises e discussões acadêmicas visam contribuir com a fixação de parâmetros para as questões envolvidas e com a evolução do estudo do Direito Processual do Trabalho. A disciplina ora oferecida objetiva desenvolver nos alunos um pensamento crítico e científico sobre os temas abordados.

Bibliografia Básica:

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur.

DIDIER JR. Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro. Curso de direito processual civil. Salvador: JusPodivm.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz e MITIDIERO, Daniel. Curso de processo civil. São Paulo: RT.

ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. São Paulo: GEN.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Carolina Alves de Souza Lima
Disciplina:	Vitimologia e Desafios Contemporâneos
Núcleo de Pesquisa:	Optativa
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso destina-se ao estudo aprofundado e interdisciplinar de vários temas relevantes da Vitimologia. Paralelamente, abordaremos a perspectiva da Vitimologia desde seu enfoque inicial até seus aspectos atuais, com destaques para temas como o racismo e o preconceito; a exclusão social e a desigualdade socioeconômica; a educação; a saúde; o refúgio, a migração e o deslocamento forçado, o sistema carcerário e sua precariedade; os povos indígenas; a infância e a juventude e a cultura da violência. Todos os temas terão a devida abordagem histórica, social, política e cultural, necessárias para a sua compreensão. Por tratarmos dos temas, contaremos com sólida bibliografia de autores das diversas áreas do conhecimento, em especial, da Vitimologia, da Sociologia, da Filosofia, da Educação, da Psicologia, da História e do Direito.

Bibliografia Básica:

KOSOVSKI, Ester; PIEDADE JUNIOR, Heitor. Novos Estudos de Vitimologia, organizadores. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

LIMA, Carolina Alves de Souza. Cidadania, Direitos Humanos e Educação: Avanços, Retrocessos e Perspectivas para o Século 21. São Paulo: Almedina. 2019

MORAES, Ana Luisa Zago de. Crimigração: A Relação entre Política Migratória e Política Criminal no Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2016.

NEUMAN, Elías. Victimología: El rol de la víctima en los delitos convencionales y no convencionales. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1994.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003. Volumes I, II e III.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Celso Fernandes Campilongo
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Teoria do Direito e Sociologia da Constituição. Conceito jurídico e conceito sociológico de Constituição
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	Sábado
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação de propostas teóricas de análise sociológica das Constituições na literatura contemporânea. Em que condições históricas surge o constitucionalismo moderno? Qual a função social das Constituições? Como pensar uma sociologia do constitucionalismo brasileiro? Leituras com suporte na Teoria dos Sistemas, especialmente nos trabalhos de Niklas Luhmann, Gunther Teubner, Alberto Febrajo e Raffaele De Giorgi sobre Teoria do Direito e Sociologia da Constituição.

Bibliografia Básica:

- Alberto Febbrajo e Giancarlo Corsi. *Sociology of Constitutions*. London, Routledge, 2016;
- Alberto Febbrajo, *Sociologia do Constitucionalismo*. Curitiba, Juruá, 2017;
- Chris Thornhill, *A Sociology of Constitutions*. London, Cambridge, 2010;
- Raffaele De Giorgi, *Ciência do Direito e Legitimação*. Curitiba, Juruá, 2017;
- Niklas Luhmann, *O Direito de Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2016.
- Niklas Luhmann, *Los derechos fundamentales como institución*. Mexico, Universidad Iberoamericana, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Clarice Von Oertzen de Araújo
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Pragmatismo
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- A disciplina foi atualizada e está de acordo com a Resolução nº 423 do Conselho Nacional de Justiça, emitida em 05/10/2021.
- Apresentação das características gerais do pragmatismo jurídico: o antifundacionalismo, o consequencialismo, o contextualismo, a instrumentalidade e a interdisciplinaridade nos processos de concretização do Direito;
- Examinar as posições do pragmatismo jurídico na comparação com o Racionalismo, o Empirismo, e o Utilitarismo.
- Exibir a posição do pragmatismo legal acerca da percepção da Justiça, sobretudo na observância aos precedentes judiciais, a estabilidade da jurisprudência e a segurança jurídica.
- Explicar o diálogo entre Pragmatismo Jurídico e Análise Econômica do Direito
- No Processo Cognitivo de Decisão esclarecer os ganhos que o silogismo abduutivo é capaz de trazer para o raciocínio jurídico e para a aplicação da lei aos casos concretos, a fim de fornecer:
 - a) qualificação de fatos relevantes;
 - b) construção de fatos jurídicos e implicações probatórias;
 - c) identificação dos princípios jurídicos relevantes;
 - d) formulação da melhor hipótese para a consecução de uma finalidade pretendida.

Bibliografia Básica:

DEWEY, John. Logical Method and Law. The Philosophical Review, vol. 33, nº 6 (Nov., 1924), pp. 560-572.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. O pragmatismo no Supremo Tribunal Federal Brasileiro. In BINENBOJM, Gustavo; NETO, Claudio Pereira de Souza; SARNENTO, Daniel. Vinte anos da Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris 2009.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

NÓBREGA, Flavianne Fernanda Bitencourt. Um método para a investigação das consequências: a lógica pragmática da abdução de C. S. Peirce aplicada ao Direito. João Pessoa, Ideia, 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. Pragmatismo: teoria social e política. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2005.

REGO, George Browne. O pragmatismo como alternativa à legalidade positivista: o método jurídico-pragmático de Benjamin Natham Cardozo. In Revista Duc In Altum - Caderno de Direito, vol. 1, n° 1, jan/dez de 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Filosofia do Direito I - As Principais Escolas de Filosofia do Direito numa Perspectiva Histórico-Cultural
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina FILOSOFIA DO DIREITO I: AS PRINCIPAIS ESCOLAS DE FILOSOFIA DO DIREITO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL. tem por objetivo mostrar ao aluno quais as principais fundamentações filosóficas que foram dadas à Ciência do Direito, desde a Antiguidade até os nossos dias, passando em revista os principais filósofos, situando-os em seu horizonte histórico-cultural. Nesse sentido, além de uma ampla introdução propedêutica sobre o conceito e as divisões da filosofia, serão visitadas as obras de Platão, Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, no que diz respeito aos autores clássicos e medievais. Mostrar-se-á a ruptura do Nominalismo de Guilherme de Ockham, bem como do Humanismo de Pico della Mirandola, na sua motivação histórica e política, em decorrência da nova realidade econômica trazida pelas descobertas marítimas. Estudar-se-ão em seguida os racionalistas de Hugo Grócio a Immanuel Kant, na atmosfera do Antigo Regime mercantilista. Os alunos notarão o paralelismo do despontar de autores como John Locke e Jean-Jacques Rousseau e a ascensão das ideias liberais burguesas, até a Revolução Francesa. Em contraponto, se analisam os românticos alemães Friedrich Carl von Savigny, Gottlieb Fichte e Friedrich Schelling, além do idealista Georg Wilhelm Friedrich Hegel, na reação nacionalista contra o império napoleônico. Na segunda metade do século XIX, dá-se a grande crítica do sistema capitalista com as obras de Karl Marx, que repercutem até hoje, nas várias modalidades de análise do fenômeno jurídico como decorrência da infra-estrutura econômica. Em aulas teóricas e debates em seminários mostra-se a importância da efetividade do direito, nas obras de juristas de diversas tendências, que vão do formalismo de Hans Kelsen até o contratualismo renovado de John Rawls, tendo em comum a mesma busca do fundamento filosófico da Ciência do Direito, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Atlas, 2016, 12ª edição.

BOBBIO, Norberto. Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico. Tradução de Jaime A. Clasen São Paulo, Editora Unesp, 2016, 1ª edição.

DE CICCIO, Cláudio. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo, Editora Saraiva Educação, 2023, 9ª edição.

MAFFETTONE, Sebastiano. A Ideia de Justiça de Platão a Rawls. Tradução de Karina Jannini. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2005, 1ª edição.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 20ª edição, 2002, 9ª tiragem, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Cláudio José Langroiva Pereira
Disciplina:	Segurança jurídica e devido processo legal constitucional e convencional. O Direito Processual Penal como Direito Constitucional aplicado e o Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos
Núcleo de Pesquisa:	Optativa
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. A proteção da pessoa humana, a constitucionalização do direito e a segurança jurídica no Estado Democrático. 2. A dignidade humana como parâmetro de interpretação jurídica. 3. O devido processo legal constitucional e convencional. O Direito Processual Penal como o Direito Constitucional aplicado. 4. A jurisprudência doméstica, estrangeira e internacional 5. As garantias processuais constitucionais e convencionais. 6. O direito a ser ouvido em prazo razoável por juiz ou tribunal competente. 7. Presunção de inocência a partir do direito brasileiro e do DIDH. 8. O direito à comunicação prévia da acusação formulada. 9. O direito à ampla defesa. 10. O direito à inquirição e ao comparecimento de testemunhas. 11. O direito de não produzir prova contra si mesmo. 12. O direito de recurso a juiz ou tribunal superior. 13. Tratamento humano a pessoas privadas de liberdade. 14. Devido processo legal e o terrorismo.

Bibliografia Básica:

CONCI, Luiz Arcaro; MEZZETTI, Luca (ed.). Diálogo entre cortes. Bogota: U. Externado de Colombia, 2017.

FIGUEIREDO, Marcelo. (Org.); ARCARO CONCI, Luiz Guilherme (Org.); Constitucionalismo multinível e pluralismo jurídico. 1. ed. São Paulo: Editora Luman Juris, 2017.

PEREIRA, Claudio José Langroiva. Proteção Jurídico-Penal e direitos universais - tipo, tipicidade e bem jurídico universal, São Paulo: Editora Quartier Latin, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

_____. (coordenação). Segurança Pública, Instituições Democráticas e seus elementos históricos, políticos e econômicos. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2019.

SILVA, Marco Antonio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana, Lisboa/São Paulo: Editora Almedina / Quartier Latin, 2^a edição, 2009.

STEINER, Christian e FUCHS, Marie Christine (editores) e GRANADOS, Patricia (org.). Convención Americana de Derechos Humanos - Comentarios. Bogota: KAS, 2018.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Clóvis Beznos
Disciplina:	O Regime Jurídico Administrativo, Função Administrativa e os Princípios da Administração
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Preordena-se a presente disciplina ao estudo metodológico do regime jurídico administrativo, da função administrativa, bem como dos princípios que informam a Administração Pública. Trata-se da investigação do núcleo fundamental da ciência do Direito Administrativo, que se constitui em seu regime jurídico. Impossível é o conhecimento de qualquer ciência, sem o conhecimento de seu objeto. Os princípios elencados como informadores da Administração na Constituição da República integram esse regime jurídico administrativo, sendo lógica a sua investigação.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 35ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2021;

CAUPERS, João. Introdução ao Direito Administrativo. 8. ed. Lisboa: Âncora, 2005;

BREWER-CARIÁS, Allan R. Derecho administrativo: v. I. Bogotá: Universidad Externad Central de Venezuela; Universidad Central de Colombia, 2005;

ESCOLA, Héctor Jorge. El interés público como fundamento del derecho administrativo. Buenos Aires: Desalma, 1989;

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. Curso de derecho administrativo. 11. ed. Madrid: Civitas, 2002.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Eduardo Dias de Souza Ferreira
Professor Convidado:	Motauri Ciocchetti de Souza
Disciplina:	Efetividade dos Direitos Humanos e o Sistema Nacional de Garantia de Direitos
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O ordenamento jurídico brasileiro e a efetividade dos direitos humanos. Discussão sobre a incorporação e hierarquia normativa dos tratados de Direitos Humanos, em especial após a EC 45/2004. Análise do papel do Legislativo, Executivo e do Sistema de Justiça (P. Judiciário, Ministério Público, Advocacia e Defensoria) e das Sociedade Civil Organizada (Movimentos Sociais, ONGs e empresas) na promoção, implementação e defesa dos Direitos Humanos. Análise e discussão do conceito de Instituição Nacional de Direitos Humanos ("Princípios de Paris").

Bibliografia

ABRAMOVAY, Pedro; LOTTA, Gabriela. A democracia equilibrada: políticos e burocratas no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2022. ABBOUD, Georges. Ativismo Judicial. São Paulo: Revista dos Tribunais; 1ª edição, 2022.

BALERA, Wagner; SILVA, Roberta Soares da. ORGS. Comentários aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo : Verbatim, 2018.

CANÇADO TRINDADE, A.A. Proteção Internacional Dos Direitos Humanos E O Brasil. Brasília, Ed. UNB, 2006.

_____. O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional. Brasília, Ed. UNB, 2ª ed. 2006.

GOHN, Maria da Glória. Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam! Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Laura T. Mota. 2000.

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. Ação civil pública e inquérito civil. São Paulo: Saraiva Jur, 6ª ed. 2017.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Estevão Horvath
Professor Convidado:	Luiza Nagib
Disciplina:	Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar na Jurisprudência dos Tribunais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Dentro da linha de pesquisa "Direito Constitucional e Processual Tributário", a disciplina aqui oferecida tem por objeto estudar aquilo que a Constituição Federal denomina "Limitações ao poder de tributar", especificamente os princípios constitucionais tributários e as imunidades na sua teorização e, principalmente, na visão que destes temas possuem nossos tribunais, passando, por conseguinte, pelos modos de interpretação aplicados no presente.

Bibliografia Básica:

BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar, Ed. Forense, atualizado por Misabel Derzi

ATALIBA, Geraldo. República e Constituição, Malheiros ed.

CARRAZZA, Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário, Malheiros ed.

CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivção no Direito Tributário, Ed. Noeses

COSTA, Regina Helena. Imunidades Tributárias - Teoria e Análise da Jurisprudência do STF, Malheiros ed.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Evani Zambon Marques da Silva
Disciplina:	A Psicologia e o Universo Jurídico: Questões Contemporâneas
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Os dilemas humanos que buscam na Justiça uma resposta são atravessados invariavelmente por âmbitos diversos de reflexão. A era da interdisciplinaridade, por assim dizer, propõe um diálogo com diferentes áreas científicas que pode trazer entendimentos e colaborações importantes para muitas das questões judicializadas. A Psicologia apresenta ao Direito elementos edificantes para a compreensão do cotidiano forense. Os processos psíquicos individuais e sociais que governam a natureza humana estão cada vez mais imbricados nas relações, sendo difícil trabalhar a complexidade sem olharmos as diversas ilhas que a compõe. O raciocínio interdisciplinar vem se apresentar como um debate profícuo que vai além de uma hierarquia de saberes. O ser humano é um homem jurídico, psíquico e social e tais dimensões, tais como muitas outras que o compõe, devem e precisam ser debatidas, em um universo que toma decisões e direciona a vida em sociedade. Os aspectos emocionais imbricados na judicialização contemporânea estimulam uma profícuo discussão que trata de problemas concretos.

Bibliografia Básica:

BATISTA, Aline Pozzolo; CADAN, Danielle. Violências, Vulnerabilidades e Psicologia: um olhar para o sistema de justiça. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

FOUCAULT, Michel. A Verdade e as Formas Jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

HUSS, Mathew. Psicologia Forense. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem Feita: repensar a reforma- reformar o pensamento. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SILVA, Evani Zambon Marques da; CASTRO, Lídia R. Folgueira. Psicologia Judiciária. São Paulo: Edipro, 2012.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Fabiana Del Padre Tomé
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - norma jurídica e teoria da prova na aplicação do direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo da norma jurídica e do respectivo processo de positivação pela perspectiva do constructivismo lógico-semântico, com ênfase nas dimensões sintática, semântica e pragmática da prova, inerentes à aplicação do direito. Para tanto, parte-se da idéia de ordenamento como conjunto de normas jurídicas, examinando-se os requisitos para que se opere a incidência. É nesse contexto que serão examinados os aspectos morfológico, sintático, semântico e pragmático da prova. Trata-se de disciplina voltada ao estudo hermenêutico-analítico do direito, aprofundando-se nos seguintes tópicos: I - Conhecimento, verdade e direito. II - Autopoiese do sistema do direito positivo. III - Estrutura da norma jurídica. IV - Dinâmica da incidência normativa. V - Noções gerais sobre a prova e sua função no ordenamento. VI - Meios de prova. VII - Morfologia da prova. VIII - Dinâmica probatória na concretização do direito. IX - Axiologia das provas.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros (Coord). Constructivismo lógico-semântico. Vol. III. São Paulo: Noeses, 2019.

HAACK, Susan. Evidence Matters: Science, Proof, and Truth in the Law. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

TARUFFO, Michele. Uma simples verdade: o juiz e a construção dos fatos. Tradução de Vitor de Paula Ramos. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2016.

VILANOVA, Lourival. Causalidade e relação no direito. 5. ed. São Paulo: Noeses, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Fabio Ulhôa Coelho
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema - As Oposições Fundamentais do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Tradição e Positivização (Cícero e Austin); Positivismo e Moralidade (Hart e Dworkin); Ciência e tecnologia (Kelsen e Tércio); Lógica e Retórica (Klug e Perelman); Lei e valor (Montesquieu e Hirschl); Ordem natural e ordem artificial (Telles e Locke); Antropologia e antropologia jurídica (Lévi-Strauss e Ferrajoli); Descontinuidade e Continuidade (Hobbes e Darwin); Colonial e decolonial (Weber e Boaventura); Liberdade e igualdade (Hayek e Sen).

Bibliografia Basica:

COELHO, Fábio Ulhoa. Biografia não autorizada do direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021

COELHO, Fábio Ulhoa. Os livres podem ser iguais? São Paulo: WMF Martins Fontes, 2022

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Donelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Francisco José Cahali
Disciplina:	Soluções Extrajudiciais de Conflitos, Arbitragem e Mediação - Questões Pontuais e Temas Atuais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A mediação, a arbitragem, e outras formas disponíveis no Sistema Jurídico (como DB, Avaliação de Terceiro Neutro, DSD, ODR, SACI, etc., enquanto alternativas adequadas de solução de controvérsias, hoje representam importantes e até indispensáveis instrumentos à disposição do profissional do Direito. Sua crescente prática aliada às mudanças Legislativas (CPC, Lei 13.129/2015, Lei 13.140/2015), faz com que venham a debate diversas questões pontuais como a Arbitragem na Administração Pública, financiamento de terceiro, o diálogo entre Juízo Arbitral e Estatal, carta arbitral, e vários outros assuntos relevantes. E assim, pertinente o estudo de questões pontuais que surgem da prática e dos julgados a respeito, merecendo destaque, não só para o aprofundamento do conhecimento científico, no estudo da tutela das relações jurídicas privadas, como também para fornecer ao aluno a habilidade de utilização destes relevantes institutos.

Bibliografia Básica:

- CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem. 9ª ed. São Paulo: RT, 2022.
- CAHALI, Francisco José. FREIRE, Alexandre. RODOVALHO, Thiago (Organizadores). Estudo sobre a Lei 13.129, de 26.05.2016 (obra com 35 coautores). São Paulo: SARAIVA, 2016.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A Arbitragem na Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2013
- MACHADO FILHO José Augusto Bitencourt (Coord.). Arbitragem e Processo - Homenagem ao Professor Carlos Alberto Carmona. (obra com vários coautores). São Paulo: Quartier Latin, 2022.
- Revista Brasileira de Arbitragem do Comitê Brasileiro de Arbitragem. São Paulo: Síntese e CBAr.
- WALD, Arnaldo (Coordenador). Revista de Arbitragem e Mediação. São Paulo: RT.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Gabriel Benedito Issaac Chalita
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Relações entre Ética e Direito na Filosofia Clássica dos Gregos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito na antiguidade grega e sua relação com as outras escolas. O referencial teórico fundamental é a *Ética a Nicômacos* de Aristóteles. A partir dessa obra busca-se discutir a justiça em outros autores contemporâneos a Aristóteles e a influência exercida sobre as escolas da Filosofia do Direito que vieram depois. Além disso, o objetivo é trabalhar uma metodologia que prepare o aluno para o magistério e para a pesquisa científica.

Bibliografia Básica:

AQUINO Tomás de. *A Prudência - A virtude da decisão certa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos* 3ª ed., Brasília: UnB, 1999.

DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Giovanni Ettore Nanni
Disciplina:	Teoria geral das obrigações
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O plano de estudos objetiva analisar a teoria geral das obrigações. Serão pesquisados, mediante investigação crítica e sistemática de diversos institutos, os aspectos e conceitos estruturais do tema, em especial ligados à patologia. Entre os pontos a serem debatidos: princípios fundamentais do Direito das Obrigações; relação obrigacional complexa; modalidades obrigacionais; adimplemento; impossibilidade superveniente da prestação; mora; violação positiva do crédito e cumprimento defeituoso; inadimplemento absoluto; inadimplemento anterior à época para cumprimento; inadimplemento não imputável: caso fortuito e força maior; perdas e danos: danos emergentes e lucros cessantes; nexos de causalidade; perda de chance; desconto de proveitos (compensatio lucri cum damno); interesse positivo e interesse negativo; mitigação de danos.

Bibliografia Básica:

ALVIM, Agostinho. Da inexecução das obrigações e suas conseqüências. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

CORDEIRO, António Menezes. Tratado de direito civil: direito das obrigações: introdução: sistemas e direito europeu: dogmática geral. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2012, v. 6.

MARTINS-COSTA, Judith. Comentários ao novo Código Civil: volume 5, tomo 2: do inadimplemento das obrigações. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

NANNI, Giovanni Ettore. Inadimplemento absoluto e resolução contratual: requisitos e efeitos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

SILVA, Clóvis do Couto e. A obrigação como processo. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1976.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Guilherme de Souza Nucci
Disciplina:	Teoria do Crime em Perspectiva Constitucional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Princípios constitucionais do Direito Penal. Crime: conceitos material, formal e analítico. Confrontos do Direito Penal com a Criminologia e com a Política Criminal. Análise sistemática da tipicidade, ilicitude e culpabilidade. A punibilidade como consequência do delito. Excludentes de tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

Bibliografia Básica:

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal, volume 1.

_____. Individualização da pena.

_____. Princípios constitucionais penais e processuais penais.

ROXIN, Claus. Derecho penal - parte general.

WELZEL, Hans. Derecho penal alemán.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Ivo Waisberg
Disciplina:	Direito Comercial e suas patologias. Uma visão 360 pelo caso Americanas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso analisará problemas práticos do Direito Comercial por meio do caso Americanas, abordando crise da empresa, Direito Societário, regulatório e responsabilidade civil empresarial. Por que os gatekeepers não funcionaram? Onde estava a CVM? E as agências de rating? A auditoria deve ser responsabilizada? O que aconteceu do ponto de vista societário – controladores devem ser responsabilizados ou Personalidade Jurídica Desconsiderada? E os administradores, como responsabilizar? Qual o direito de minoritários? Cautelar para a Recuperação Judicial foi legítima? E as discussões relativas ao bloqueio de numerário e compensações? Acesso à informação e produção de Provas em qual abrangência? Um caso desta magnitude mostra várias questões que podem ser analisadas para se investigar se o sistema tem falhas no arcabouço legal ou se é somente um caso muito peculiar que gerou tantas questões.

Bibliografia Básica:

- ADAMEK, Marcelo Vieira Von. Responsabilidade civil dos administradores de S/A e as ações correlatas. São Paulo: Saraiva, 2009.
- EIZIRIK, Nelson. A Lei das S/A comentada. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2021. v. 1 a v. 4.
- SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência: de acordo com a Nova Lei de Falências: Lei n. 14.112/2020. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- WAISBERG, Ivo. Responsabilidade Civil dos Administradores de Bancos Comerciais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- WAISBERG, Ivo; GORNATI, Gilberto. Direito Bancário: contratos e operações bancárias. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Mestrado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Comercial.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Produção Bibliográfica
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Mestrado em Direito)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	15h00 às 19h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

A publicação de artigos, coletâneas, anais, com o objetivo de implementar a produção do Programa exige específica formação dos alunos. De particular dificuldade se reveste a produção discente nos padrões que, presentemente, são exigidos pela Área do Direito da CAPES.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa e ao projeto apresentado ao Orientador bem como os critérios de escolha dos periódicos aptos a receber as publicações elaboradas pelo discente, a partir da reflexão a respeito da área de atuação do aluno.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2^a ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11^a.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20^a ed., São Paulo: Cortez, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	O sistema qualis e a produção de artigos - como e onde publicar
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Doutorado em Direito)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	14h00 às 19h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

O essencial na produção científica é a busca de sua qualificação. Não basta elaborar um texto. Ele deve obedecer ao exigido pelas regras da Capes.

A publicação artigos, coletâneas, anais do Programa devem obedecer aos padrões exigidos pela Área do Direito da CAPES que, muitas vezes, não são do conhecimento e compreensão de todos os alunos.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa do Programa. Durante o curso, haverá a elaboração de, no mínimo, dois artigos com a orientação do docente.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Luiz Guilherme Arcaro Conci
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Unidade do Direito e Pluralismos Jurídicos em Âmbito Nacional e Internacional
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Positivismo jurídico e unidade do direito; completude do ordenamento jurídico e seus desafios. Conflitos e diálogos entre as fontes do direito; relação entre estado e direito desde e para além do positivismo jurídico. Monismo e dualismo na relação entre o direito doméstico e o direito internacional; o direito transnacional e as fontes não estatais; pluralismos jurídicos e direito costumeiro tradicional. Pluralismos jurídicos e fragmentação do direito internacional.

Bibliografia Básica:

- Kelsen, H. (1991). Teoria Pura do Direito. Martins Fontes, 1991.
- Engle Merry, S., Griffiths, J., & Tamanaha, B. (2007). Pluralismo jurídico. Siglo del Hombre, Bogotá.
- Hespanha, A. M. (2019). Pluralismo jurídico e direito democrático. Leya.
- TAMANAHA, Brian. Legal Pluralism Explained: History, Theory, Consequences. Oxford University Press, USA, 2021.
- WALKER, Neil (Ed.). Sovereignty in transition. Massachusetts: Bloomsbury Publishing, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Luiz Guilherme Arcaro Conci
Disciplina:	Constitucionalismo, Democracia e Populismos
Núcleo de Pesquisa:	Optativa
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Entrelaçamentos entre Constitucionalismo e Democracia; crise democrática ou crise de confiança na democracia; participação e legitimação; erosão democrática e novos meios de comunicação; constitucionalismo e seus reflexos contemporâneos; a democracia constitucional incompleta na América Latina; crise das democracias constitucionais como gatilho para o surgimento dos populismos; fascismos e seu desenvolvimento como etapa para o surgimento dos populismos: da Europa para a América Latina; a recepção dos fascismos na América Latina; os populismos: da América Latina para o mundo.

Bibliografia Básica:

CONCI, Luiz G. A.; MARCONI, C. (orgs.). Crise das Democracias Liberais: um olhar internacional a partir do Sul Global. 1. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021. 219 p. v. 1.

CONCI, Luiz G. A. Democracia Constitucional e Populismos na América Latina - entre fragilidades institucionais e proteção deficitária do direitos fundamentais. São Paulo: Contracorrente, 2023.

GARGARELLA, Roberto. La sala de máquinas de la Constitución: dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010). Buenos Aires: Katz, 2014

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

URBINATI, Nadia. Me the people: how populism transforms democracy. Cambridge: Harvard University Press, 2019.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Filosofia do Direito II - A Construção Histórica dos Direitos Humanos e a Pós-Modernidade
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O tema central do curso será a construção dos direitos humanos universais e a fragmentação dos direitos na pós-modernidade. A questão central a ser enfrentado diz respeito a como podemos dar continuidade ao discurso moderno sobre direitos universais em uma sociedade pós-moderna totalmente fragmentada. Algo parece fora do lugar.

O curso tem por objetivo geral refletir, do ponto de vista filosófico, sobre a construção dos direitos humanos nas diversas eras históricas, mas sempre com um olhar para os direitos humanos na pós-modernidade. Os problemas centrais a serem enfrentados são: qual o estatuto dos direitos humanos universais "modernos" com o advento da fragmentação dos direitos na pós-modernidade? Tais direitos sobrevivem à fragmentação? Como?

Neste contexto, será analisado também o chamado desaparecimento do sujeito e a fragmentação dos movimentos sociais como atores sociais de transformação.

O caminho da pesquisa a ser seguida inclui uma reflexão sobre o destino dos direitos humanos no antropoceno e os riscos das catástrofes civilizatórias, o chamado "fim do mundo".

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto - A Era dos Direitos

LAFER, Celso - A reconstrução dos direitos humanos

JAMESON, Fredric - Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio

OFFE, Claus - New social movements: challenging the boundaries of Institutional Politics



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MARSHALL, T. H. – *Cidadania, Classe e Status*

FARIA, José Eduardo; e KUNTZ, Rolf – *Qual o futuro dos Direitos: Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista*

TOURAINÉ, Alain – *Crítica da Modernidade e Um novo paradigma: para compreender o mundo hoje.*



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Liberdade
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo discutir um dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil: O Direito à Liberdade. Que é liberdade? O que é ser livre? É possível construir uma filosofia da liberdade? Como o Direito deve emancipar as ações humanas para a efetividade desse princípio fundamental? As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários.

Bibliografia Básica:

ARENDDT, Hannah. O que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HABERMAS, Jurgen. Comentários à Ética do Discurso. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. Os Tempos Hipermodernos. Lisboa: Edições 70, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou Da Educação. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcio Cammarosano
Disciplina:	Categorias Fundamentais do Direito Administrativo I
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O Conceito de Direito e especificidades do Direito Administrativo. Principiologia. Segurança jurídica, legalidade, moralidade e probidade. Projeções da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro no exercício da função administrativa. Inovações quanto à improbidade administrativa.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais, tradução de Virgílio Afonso da Silva, Malheiros Editores, S.P.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores. SP

CAMMAROSANO, Márcio. O Princípio Constitucional da Moralidade e o Exercício da Função Administrativa. Belo Horizonte: Editora Fórum

CANARIS, Claus Wilhelm. Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito, tradução de A. Menezes Cordeiro, Fundação Caloriste Gulbenkian, Lisboa.

KELSEN, Hans. Teoria Geral das Normas, tradução de José Florentino Duarte, Sérgio Antônio Fabris editor, Porto Alegre, RS.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Filosofia do Direito II - Hermenêutica e Direito
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentar as principais abordagens hermenêuticas e sua aplicação ao Direito, com análise de seus principais pressupostos e consequências.

Bibliografia Básica:

FORSTER, Michael N., (2010) After Herder: Philosophy of Language in the German Tradition, Oxford: Oxford.

GADAMER, Hans-Georg. (1986) Hermeneutik I: Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck). Ed. Brasileira: GADAMER, Hans-Georg. (1999) Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis/RJ: Vozes.

VON HERRMANN, Friedrich-Wilhelm (2000). Hermeneutik und Reflexion - der Begriff der Phänomenologie bei Heidegger und Husserl. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann.

LORENZON, Alino & GÓIS E SILVA, Cléa (org.). (2000) Ética e Hermenêutica na obra de Paul Ricoeur. Londrina: Eduel.

PUGLIESI, Márcio. (2022) Filosofia Geral e do Direito - delineamentos de uma Filosofia do Direito na Sociedade de Controle. São Paulo: Aquariana.

RICOEUR, Paul. (1995) Teoria da interpretação. Trad. Artur Morão. Porto: Porto.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Abordagem Sistêmico-Construcionista
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentar a Teoria Geral do Direito segundo a perspectiva sistêmico construcionista (com Teoria de Jogos) a fim de permitir uma percepção mais clara do Direito em sua operação mediante os seguintes temas 1. Conflito; 2. Teoria da Comunicação e Pragmática; 3. Teoria do Sistema Geral; 4. Teoria da Ação e Situações; 5. Prospecto de um Método para Ciências Humanas: a construção do objeto; 6. Sujeito, Estruturas e Sistemas; 7. A constituição do sujeito e a cultura; 8. cultura e direito; 9. Cultura e Civilização; 10. História, Cultura, Civilização; 11. Globalização; 12. A busca do Fundamento nas Ciências Humanas e as Hermenêuticas; 13. Conflitos, Estratégias, Negociação, Decisão - Teoria de Jogos e da Decisão; 14. Estrutura do conflito e da Negociação; 15. Algumas Aplicações.

Bibliografia Básica:

PUGLIESI, Márcio. Teoria Geral do Direito. 1ª. Ed., São Paulo: Aquariana, 2022.

_____. Filosofia Geral e do Direito - delineamentos de uma Filosofia do Direito na Sociedade de Controle. São Paulo: Aquariana, 2022.

Outros textos selecionados ao longo do curso.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Celeste Cordeiro Leite Santos
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Da Pirâmide a Rede, Estudos Sobre o Ordenamento Jurídico e a Dialética De François Ost
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	13h00 às 17h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

As transformações do Direito no mundo ocidental desde o paradigma dominante, representado pela pirâmide, centralizado e hierarquizado tem sua origem na Grécia clássica, ganha o seu apogeu no positivismo lógico do período entre guerras do século XX. Hans Kelsen, Herbert Hart e Alf Ross, são alguns dos expoentes do pensamento jurídico que escreveram suas obras mais importantes, quando predominava uma visão de inundo caracterizada pela ordem e estabilidade, uma ordem política centrada no Estado, símbolo da soberania, uma ordem jurídica baseada na norma, um imperativo imposto sob ameaça de coerção. Não obstante, esse universo não era estático e se pôs em movimento. Surgiram novas perspectivas, entre outras a globalização dos mercados financeiros, a crescente interdependência entre economias e culturas, o progresso das tecnologias digitais, o aparecimento de importantes poderes privadas (empresas transnacionais e organizações não governamentais), o aumento do poder dos juizes, o culto aos direitos humanos, o multiculturalismo, etc. Da crise do modelo piramidal emerge o paradigma do direito em rede. Nele, o Estado deixa de ser o foco único da soberania e a vontade do legislador, deixa de ser um dogma. Juizes transformam-se em co-autores da lei, os sistemas normativos se enredam. A teoria dos sistemas e o hiperciclo do Direito nos traz uma nova visão. O curso visa demonstrar que o Direito persegue a justiça. Gunther Teubner representa, esse tipo de reação, mais além do pluralismo jurídico.

Bibliografia Básica:

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Coimbra: Arménio Amado Editores, ed 1984.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

LUHMANN, Niklas. Gesellschaftsstruktur und Semantik. Berlin: Suhrleamp Verlag, 1989.

OST, François. Contar a lei. As fontes do imaginário jurídico. Porto Alegre: Ed. UNISINTOS, 2018.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite dos. Poder Jurídico e Violência Simbólica. Problemas do Poder na Obra Póstuma de Hans Kelsen. São Paulo: Cultural Paulista, 1985.

TEUBNER, Gunther. El Derecho como Sistema Autopoético dela Sociedad Global. Santiago: Olejnik, 2017.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Garcia
Disciplina:	Direito Constitucional Internacional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00min às 12h00min
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A ideia de "Constituição" e o Direito Internacional. Os desafios da conjuntura atual. A coexistência humana e os direitos fundamentais. Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

Bibliografia Basica:

Celso D. de Albuquerque Mello, "Direito Constitucional Internacional", Renovar, 2000

Carlos Roberto Husek, "Curso de Direito Internacional Público", Ipojur, 17ª Edição

Charles de Visscher, "Teorias y Realidades en Derecho Internacional Público", Bosch, 1962

Carla Noura Teixeira, "Direito Internacional para o século XXI", Saraiva, 2013

Carlos Eduardo de Abreu Boucault, Nadia de Araujo, "Os Direitos Humanos e o Direito Internacional", Renovar, 1999.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Teoria do Negócio Jurídico: Questões Polêmicas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil Comparado
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	07h30 às 12h30
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Procurar-se-à no direito nacional e estrangeiro, analisar questões controvertidas envolvendo: a) negócio jurídico como figura autônoma; seu fundamento ideológico; motivo, causa e pressuposição ;quatro conceitos sobre quantitativamente negocial; doutrinas alemãs e italianas; conflito entre elementos volitivos do agente e declaração de vontade do agente; pressupostos de validade e desconstituição por invalidade; b) negócio jurídico no plano de existência, de validade e eficácia; c) elementos acidentais do negócio jurídico; d) suscetibilidade de anulação de contrato aleatório por lesão; e) reserva mental; f) negócio jurídico na empresa ponto com; g) lesão no contrato eletrônico ;h) conversão do negócio jurídico nulo; i) interpretação negocial; l) forma e prova etc..

Bibliografia Basica:

Antônio Junqueira de Azevedo, Negócio jurídico e declaração negocial, SP, Saraiva, 1986

Francesco Calasso, il negozio jurídico, Milan, giuffre, 1967

Emílio Betti, Teoria geral do negócio jurídico, Coimbra , 1969

Castro y Bravo, El negocio jurídico, Madrid 1971

José de Oliveira ascensão, Direito civil, saraiva, 2010 vols 2 e 3".

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Direito da personalidade e biodireito: questões polêmicas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil Comparado
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem escopo analisar o direito da personalidade e o biodireito, apontando questões polêmicas, tendo por parâmetro o direito brasileiro e legislações estrangeiras, procurando apresentar soluções consentaneas com os problemas do século XXI e com os advindos dos avanços da biotecnologia.

Bibliografia Basica:

DE CUPIS. Os direitos da personalidade, 1961.

Diniz, M.H. O estado atual do biodireito, S.Paulo , Saraiva 2017.

_____. Curso de direito civil brasileiro, S.Paulo, Saraiva vols 1 e 7, 2021.

ONDEI, Lepersone fisiche e i diritti dela personalita, 1965.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Miguel Horvath Junior
Disciplina:	Metodologia Científica e Didática do Ensino Superior
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade instrumentalizar o aluno para melhor escrever sua dissertação e capacitá-lo para a ministração de aulas seja no estágio profissional ou no ambiente real de sala de aula. Importante ferramenta para aprendizado da escrita científica e da dissertação do mestrado. No curso estudaremos as interrelações entre a ciência jurídica e a ciência metodológica. Bem como capacitar o pós-graduando ao magistério na área do direito. Além do estudo da criação desenvolvimento e finalização do projeto científico. Estudo da redação científica e das formas de citação como exigido pela ABNT serão abordados os seguintes temas: O direito como ciência. O conhecimento e a pesquisa. Trabalho científico. A importância do trabalho científico. A escolha do tema. A revisão da literatura. A organização das fontes e materiais de pesquisa. Elementos do projeto de pesquisa científica. Técnicas de normatização do trabalho científico. As formas de apresentação do trabalho científico: Tese, Dissertação, trabalho didático, monografia de conclusão de curso, resenha bibliográfica, fichamento. Didática do ensino superior.

Bibliografia Básica:

- MASETTO, Marcos T. O professor na hora da verdade: a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercampo, 2010
- PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- TAGLIAVINI, João Virgílio. Aprender e ensinar direito para além do direito que se ensina errado. São Carlos, SP: Edição do autor, 2013.
- VENTURA, Deisy. Ensinar Direito. São Paulo: Editora Manole, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Nathaly Campitelli Roque
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Do Modelo Positivista ao Acesso à Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A Disciplina Teoria Geral do Direito - do modelo positivista ao Acesso à Justiça, visa à construir uma análise, estrutural e histórica, das relações entre Direito, Estado e suas inter-relações com o Acesso à Justiça e ao Judiciário. A partir das óticas monista, dualista e da gradação da positividade jurídica, buscar-se-á compreender a importância do Estado na produção do Direito moderno, bem como as relações entre Soberania e Poder dentro de uma perspectiva democrática e plural a fim de construir um Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

- CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. ENCICLOPÉDIA JURÍDICA PUCSP. <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>
- KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. 3. ed. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- REALE, Miguel. Teoria do direito e do estado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- SADEK, Maria Teresa (Org.). Acesso à Justiça. São Paulo: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Nelson Nery Junior
Professores Convidados:	Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery, Mairan Gonçalves Maia Júnior, Rogério José Ferraz Donnini, Gilson Delgado Miranda, Patrícia Miranda Pizzol e Sérgio Seiji Shimura
Disciplina:	Civil, Processual Civil, Difusos e Coletivos
Núcleo de Pesquisa:	Difusos e Coletivos
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

PROVA DO DIREITO CIVIL, NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E NO DIREITO PROCESSUAL COLETIVO: a interdisciplinariedade do direito constitucional à prova e os direitos fundamentais.

Bibliografia Básica:

Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. Constituição Federal Comentada, 8. ed., SP: RT, 2022

Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. Código Civil Comentado, 14. ed. SP: RT, 2022

Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. Código de Processo Civil Comentado, 21. ed., SP: RT, 2023

Hernando Devís Echandía. Teoría general de la prueba judicial, 2 vs., 6. ed., Bogotá: Temis, 2012

Moacyr Amaral Santos. Prova judiciária no cível e comercial, 5 vs., 4. ed., SP: Max Limonad, 1966/1972

Carlo Lessona. Trattato delle prove in materia civile, 5vs., 3. ed., Firenze: Fratelli Cammelli, 1922/1924

Gian Franco Ricci. Le prove atipiche, Milano: Giuffrè, 1999



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Michele Taruffo. La prova dei fatti giuridici (Trattato Cicu-Messineo), Milano: Giuffrè, 1992

Michele Taruffo. La prova nel processo civile (Trattato Cicu-Messineo), Milano: Giuffrè, 2012

Gottfried Baumgärtel, Hanns Prütting, Hans-Willi Laumen. Handbuch der Beweislast im Privatrecht, 3 vs., 5. ed., Köln: Carl Heymanns Verlag, 2023.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Olavo de Oliveira Neto
Professores Convidados:	Cassio Scarpinella Bueno, João Batista Lopes e William Santos Ferreira
Disciplina:	Efetividade Mediante a Concessão de Medidas Provisórias e Mediante o Emprego das Medidas Coercitivas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Tempo e processo são realidades indissociáveis, na medida em que a marcha do processo deve sempre levar em conta as exigências que lhe impõe o Modelo Constitucional do Processo Civil, em especial no que toca aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Ocorre, entretanto, que por vezes a falta de uma prestação imediata pode causar danos a todos aqueles que se vêm envolvidos com um processo judicial, sendo necessária a concessão de medidas urgentes, seja em primeiro grau seja em grau de recurso. Liminares antecipatórias, cautelares, em procedimentos especiais, nos diversos tipos de recursos, que visam ofertar proteção ao direito das partes, apresentam perfis diferentes, que devem ser estudados sempre em face das suas peculiaridades. Mas não é só. Uma vez concedida à medida há necessidade de efetivá-la, para o que deve concorrer, não poucas vezes, a imposição de medidas coercitivas, aptas a fazer valer a determinação judicial. A efetividade mediante a concessão de liminares e a imposição de medidas coercitivas para fazer cumpri-las, nas suas respectivas peculiaridades e eventuais intersecções, será o tema estudado na disciplina.

Bibliografia Básica:

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva.

FERREIRA, William Santos. Tutela antecipada no âmbito recursal. São Paulo: RT.

LOPES, João Batista, ASSIS, Carlos Augusto de. Tutela provisória. Brasília: Gazeta Jurídica, 2018.

OLIVEIRA NETO, Olavo de. Poder geral de coerção. São Paulo: RT, 2019.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

OLIVEIRA NETO, Olavo de, OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de.
Tutela provisória. São João da Boa Vista: Filomática Sorocabana,
2021.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Oswaldo Henrique Duek Marques
Professor Convidado:	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira
Disciplina:	Controvérsias do Direito Penal Contemporâneo
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso pretende aprofundar temas atuais e controvertidos do Direito Penal Contemporâneo, trazendo questões cujo debate propiciará aos alunos um grande aprendizado e preparo para o desenvolvimento do mestrado.

Bibliografia Básica:

DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito penal: parte geral. São Paulo: RT; Coimbra: Editora Coimbra, 2007. t. I.

JAKOBS, Gunther. Derecho penal: parte general. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 1997

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz e FIGUEIREDO, Maria Patrícia Vanzolini. Manual de Direito Penal. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2023.

ROXIN, Claus. Derecho penal: parte general. Madrid: Civitas, 1997. t. I

ZAFFARONI, Eugenio Raul, et alli. Derecho Penal, Parte Geral. Buenos Aires: Ediar, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Patrícia Miranda Pizzol
Disciplina:	Tutela Coletiva: o processo coletivo e os instrumentos de padronização das decisões judiciais
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina se destina ao exame da tutela coletiva, abrangendo o processo coletivo e os instrumentos de padronização das decisões judiciais, com destaque para o incidente de resolução de demandas repetitivas e os recursos repetitivos. O processo coletivo será estudado a partir do microsistema composto, especialmente, pela LACP, pelo CDC e por outros diplomas legais relativos à tutela coletiva, além dos projetos de lei voltados à alteração da legislação relativa às ações coletivas. Os instrumentos de padronização das decisões judiciais serão examinados no contexto do CPC/2015, que valoriza a uniformização da jurisprudência e cria um sistema de provimentos vinculantes. Assim, quanto ao processo coletivo, serão abordados temas como legitimidade; conciliação, mediação e arbitragem no processo coletivo; ônus da prova e sua inversão; tutela provisória; competência, conexão e litispendência; coisa julgada e a questão prejudicial; liquidação e execução. No que tange aos instrumentos de padronização das decisões, serão analisados o incidente de resolução de demandas repetitivas; a técnica de julgamento dos recursos repetitivos; o incidente de assunção de competência; os precedentes vinculantes e sua (in)constitucionalidade; a relação entre as técnicas de julgamento de casos repetitivos e as ações coletivas, entre outros.

Bibliografia Básica:

GRINOVER, Ada Pellegrini; et al. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. 15. ed. São Paulo: RT, 2019.

_____. Incidente de resolução de demandas repetitivas: a luta contra a dispersão jurisprudencial excessiva, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 21. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.

_____. Constituição Federal comentada e legislação constitucional. 8. ed. em e-book baseada na 6. ed. impressa. São Paulo: RT, 2022.

PIZZOL, Patricia Miranda. _____. Tutela coletiva: processo coletivo e técnicas de padronização das decisões. São Paulo: RT, 2019.

SHIMURA Sérgio Seiji. Tutela Coletiva e sua Efetividade. São Paulo: Método, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo de Barros Carvalho
Professor Convidado:	Lucas Galvão de Britto
Disciplina:	Filosofia do Direito I: Lógica deôntico-jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo deste curso é instigar o acadêmico a conhecer as categorias da Lógica Jurídica e da Análise do Discurso, a partir de modelos consagrados na Teoria Geral do Direito e na Filosofia, com supedâneo nas modernas pesquisas sobre a linguagem e interpretação de textos.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. (Coord.) et BRITTO, Lucas Galvão (Org.). Lógica e Direito. São Paulo: Noeses, 2016
- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, Linguagem e Método. São Paulo: Noeses, 2019.
- ECHAVE, Delia Tereza; URQUIJO, Maria Eugenia; GUIBOURG, Ricardo. Lógica proposición y norma. Buenos Aires: Astrea, 1991
- MORTARI, Introdução à Lógica. São Paulo: UNESP, 2001
- VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o sistema de direito positivo. São Paulo: Noeses, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo Marcos Rodrigues Brancher
Disciplina:	Inovação Tecnológica, Concorrência e Propriedade Intelectual
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso aborda os fundamentos do direito da propriedade intelectual e sua intersecção com o direito da concorrência. Também tem por objetivo analisar, por meio de casos envolvendo especialmente as indústrias de software, do entretenimento e de publicidade e propaganda, os efeitos decorrentes da criação de plataformas digitais, os desafios envolvendo a regulação de direitos autorais e os impactos à concorrência em mercados de dois lados, passando pela discussão de temas como o abuso de poder econômico e o abuso de direito de propriedade intelectual no contexto da inovação tecnológica. Haverá leitura predominante de textos no idioma inglês.

Bibliografia Básica:

BRANCHER, Paulo. Direito da concorrência e propriedade intelectual: da inovação tecnológica ao abuso de poder. São Paulo, Singular, 2010.

FISHER, William. Theories of Intellectual Property. Originally published in Stephen Munzer, ed., New Essays in the Legal and Political Theory of Property (Cambridge University Press, 2001)

LESSIG, Lawrence. Cultura Livre: Como a Grande Mídia Usa a Tecnologia e a Lei para Bloquear a Cultura e Controlar a Criatividade. Trabalho original publicado em inglês em 2004. São Paulo: Trama Universitário, 2005.

RYSMAN, Marc. The Economics of Two-Sided Markets. Journal of Economic Perspectives, v. 23, 125-144 (2009).

VIEIRA, Alexandre Pires. Direito Autoral na Sociedade Digital. 2ª ed. São Paulo : Montecristo Editora, 2018.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo Sérgio Feuz
Disciplina:	A <i>Lex Sportiva</i> e o Sistema Nacional do Desporto
Núcleo de Pesquisa:	Direito Desportivo
Dia da semana:	6 ^a feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina estudará os efeitos da Lex sportiva perante ao Sistema de legal do Desporto Nacional, partindo de uma Ótica Internacional, a previsão Constitucional, seus princípios e a legislação infra constitucional, relacionando o esporte como política pública e de relevância para Sociedade Brasileira.

Bibliografia Básica:

Araújo, Luiz Alberto David: Nunes Júnior, Vidal Serrano, Curso de Direito Constitucional, Saraiva;

Feuz, Paulo Sérgio, Direitos do Consumidor nos Contratos de Turismo, Edipro;

Melo Filho, Álvaro , Nova Lei Pelé: Avanços em Impactos- Editora Maquinária;

Melo Filho, Álvaro, Desporto: Na ordem Jurídico Constitucional Brasileira, Editora Malheiros;

Melo Filho, Álvaro, Desporto na Nova Constituição, Editora SAFE - Sérgio Antônio Fabbris.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Teoria da Decisão Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A matéria tratará da Teoria da Decisão Jurídica, tratando do ponto de vista sobre o tema, inclusive a aceitação da possibilidade de teoriza-lo, indo dos positivismo excludente e includente anglo-saxões, positivismo normativista e o crítico europeus, teorias avaliativas discursivas-procedimentalistas e interpretativistas, teoria crítica, teoria hermenêutica-crítica, decisão judicial e medidas de exceção.

Bibliografia Básica:

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2006.

HART, Herbert, O Conceito de Direito, Editora Martins Fontes, SP 2009

Inclusive Legal Positivism, Wilfred Waluchow, Clarendon Press Oxford

Izquierda y Derecho, Duncan Kennedy, Siglo Veintuno Editores

Serrano, Pedro Estevam, Autoritarismo e Golpes na América Latina - Breve Ensaio sobre Jurisdição e Exceção, ed. Alameda.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Pedro Henrique Demercian
Disciplina:	Princípios Constitucionais da Eficiência e Brevidade e o Processo Penal Consensual
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Vivemos há vários anos uma verdadeira crise na Justiça Criminal, que só tende a se agravar, pois as soluções que têm sido buscadas não se mostram amplas, eficientes ou adequadas. A ciência jurídica processual está em constante evolução e cada vez mais se preocupa com a sedimentação de seus princípios e regras fundamentais, buscando novos rumos e a efetividade do processo. No entanto, há um notório descompasso entre o excesso de teorização do direito processual e sua eficiência prática, como se o processo pudesse ser tomado puramente num tom fenomênico, dissociado da realidade vivida. Há uma tendência mundial na busca do "processo de resultados", que tem por escopo: (a) solução ágil e eficiente dos litígios; (b) a desburocratização da Justiça e uma maior aproximação desta ao seu "consumidor"; (c) permitir que o magistrado e o órgão do Ministério Público, mais do que solucionadores de controvérsias, sejam autênticos mediadores de conflitos. Nesse contexto é que se insere o processo penal consensual nas suas multifacetárias manifestações, notadamente os princípios constitucionais da brevidade e eficiência, bem como sua correlação com a teoria da análise econômica do direito (Law and Economics) que já encontrou em nosso País um campo fértil no Direito Penal e no Direito Processual Penal.

Bibliografia Básica:

ALBERGARIA, Pedro Soares. Plea Bargaining, Coimbra: Almedina, 2004;

DEMERCIAN, Pedro Henrique. Regime Jurídico do Ministério Público no Processo Penal. São Paulo: Verbatim, 2009.

DEMERCIAN, Pedro Henrique e MALULY, Jorge A. Curso de Processo Penal (11ª ed.). São Paulo: Forense, 2018.

_____. Teoria e prática dos Juizados Especiais Criminais (4ª ed.). São Paulo, Forense, 2015.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

FERNANDES, Fernando. O processo consensual como instrumento de política criminal. Coimbra: Almedina, 1988.

RODRIGUES, Vasco. Análise Económica do Direito (2ª edição). Coimbra: Almedina, 2006.

SANCHEZ, Jesús-Maria Silva. Eficiência e Direito Penal. São Paulo: Manole, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Regina Vera Villas Bôas
Disciplina:	A Teoria Geral e os Fundamentos dos Direitos Difusos e Coletivos na Contemporaneidade: Diálogo das Fontes
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A contemporaneidade exhibe a abrangência e a importância dos Direitos Difusos, destacando o Direito Ambiental e o Direito do Consumidor nas reflexões sobre a efetividade dos direitos humanos e fundamentais. Simultaneamente, a problemática socioambiental se mostra cada vez mais complexa, transversal, transnacional e desafiadora de novos mecanismos que encaminhem soluções mais equitativas aos novos conflitos. A disciplina produzirá diálogos de fontes que revelem a necessidade de efetivação dos direitos do homem, em todas as dimensões ocupadas por ele, e de concretização da proteção do meio ambiente que deve ser mantido ecologicamente equilibrado. Os diálogos serão realizados a partir do Direito nacional e do Direito internacional, das perspectivas histórico-evolutivas da proteção constitucional, legal e infralegal desses Direitos em face da atual conjuntura mundial socioambiental, jurídica e econômica, dos avanços e dos retrocessos sociais e ambientais trazidos pela tecnologia. Tratará dos princípios, disposições normativas, legislações e jurisprudência contemporânea, invocando diálogos entre os Direitos: dos Vulneráveis, do Consumidor, da Criança, do Jovem e do Adolescente, do Meio Ambiente, das Coletividades e das Minorias, das situações coletivas protegidas pelo Direito Privado, Direito Público e Direitos Difusos. Propiciará olhares inter, multi e transdisciplinares, registrando no horizonte comum das reflexões, a Agenda 2030 da ONU e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). As metodologias que serão utilizadas, viabilizarão a mobilização de conceitos relevantes ofertados pela disciplina, de maneira a promover a apreensão do conhecimento e reflexões sobre os conteúdos trazidos aos debates.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Bibliografia Básica:

CAMPELLO, Livia G.B. (Org). Direitos Humanos e Meio Ambiente: os 17 ODS da Agenda 2030, SP: IDHG, 2020.

CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro. Governança Pública - um ensaio sobre pressupostos e instrumentos de uma ação estatal juridicamente eficiente. SP: Quartier Latin, 2019.

MILARÉ, Édis (Org.). Ação Civil Pública - Após 35 anos. 1ª ed. São Paulo: Thomson Reuters, Brasil, 2020.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Trad. Eliane Lisboa. 3. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 21. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.

VILLAS BÔAS, Regina Vera e Alkmin, M. A. Educação em Direitos Humanos: Dos dispositivos legais às práticas educativas, Organizadores: Dirléia F. Sarmento, J. Menegat Antonio e Carlos Wolkmer, Capítulo: "Os direitos sociais fundamentais à alimentação adequada e à saúde", Porto Alegre (RS) - Ed. CirKula LTDA, 1ª ed, ISBN - 978-85-67442- 9706, p.112 a 128, 2018.

VILLAS BÔAS, Regina Vera (Org.); SOARES, D. S. (Org.); RAMPAZZO, L. (Org.). Direitos humanos e fundamentais em debate: conceitos, relevância, contemporaneidade e efetividade dos direitos humanos, fundamentais e sociais. 1. ed. Rio de Janeiro: Jurismestre, 2018.

Observação: serão utilizadas outras Obras e links de Bibliotecas digitais e de periódicos, entre os quais:

<https://www.pucsp.br/biblioteca/biblioteca-digital-minha-biblioteca>

http://www-periodicos-capes-gov-br.ez254.periodicos.capes.gov.br/index.php?option%3Dcom_phome%26Itemid%3D68%26

Agenda 2030 - Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: subsídios iniciais do Sistema ONU no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos ODS - <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/acompanhando-a-agenda-2030.html>



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Renato Lopes Becho
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - General Theory of Law (TGD): between civil and common law
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

This discipline aims to expose, analyze and confront some of the most relevant perspectives of the General Theory of Law (TGD), focusing on the differences between civil and common law systems. Master's degree candidates will be invited to read and debate some of the most recognized jurists, judges and justices who published their points of view in English.

Bibliografia Básica:

- BARAK, Aharon. The judge in a democracy. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- HOLMES, Jr., Oliver Wendell. The path of the law and the Common Law. New York: Kaplan, 2009.
- KELSEN, Hans. Pure theory of law. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1967.
- POSNER, Richard. How judges think. Cambridge (Massachusetts, EUA): Harvard University Press, 2010.
- SCALIA, Antonin. A matter of interpretation: federal Courts and the law. Princeton: Princeton University Press, 1997.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Todas as atividades ocorrerão em inglês.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Roque Antônio Carrazza
Disciplina:	Tributos em Espécie
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O Curso desenvolverá estudos avançados da disciplina, especialmente sobre os tributos em espécie (Imposto sobre a Renda, IPI, ICMS, IPTU, ISS etc.) e os projetos, ora em discussão no Congresso Nacional, de Reforma Constitucional Tributária e de Código de Defesa do Contribuinte. Os temas serão analisados sob a óptica da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, mais voltada à valorização dos grandes princípios constitucionais tributários. Isto dará aos alunos a oportunidade de conhecer a linha científica do saudoso mestre GERALDO ATALIBA e, eventualmente, de adotá-la, sem prejuízo de outras, por igual modo respeitáveis.

Bibliografia Básica:

- 1) Roque Antonio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores/Juspodivm, São Paulo, 34ª ed., 2023).
- 2) Paulo de Barros Carvalho - Curso de Direito Tributário (Noeses, São Paulo, 32º ed., 2022).
- 3) Geraldo Ataliba - Hipótese de Incidência Tributária (Malheiros Editores, São Paulo, 6ª edição, 9ª tiragem, 2008).
- 4) Aliomar Baleeiro - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi, Forense, Rio de Janeiro, 8ª edição, 2010).
- 5) Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 3ª ed., 2015).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery
Professores Convidados:	Mairan Gonçalves Maia Júnior e Rogério José Ferraz Donnini
Disciplina:	Patrimônio Civil: conceito e utilidade funcional no Sistema de Direito Privado
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Examinar o conceito e a funcionalidade do tema "objetos de direito", que formam patrimônio pessoal, familiar e empresarial, sustentam a responsabilidade civil (CC 391) e provocam indagações de direito de teoria geral de direito, de responsabilidade civil e de direito de família e de sucessões causa mortis.

Bibliografia Básica:

DONNINI, Rogério; DONNINI Oduvaldo. Responsabilidade civil dos meios de Comunicação: imprensa livre, mídias sociais, pós-verdade, fake news e deepfake, São Paulo: Editora JusPodivum, 2022.

LARENZ, Karl - Metodologia da ciência do direito, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 3 ed., 1997, trad. de José Lamago.

MAIA JR. Mairan Gonçalves. Sucessão legítima, São Paulo: Thomson Reuters/Revista dos Tribunais, 2018

NERY, Rosa Maria B.B.A. e NERY JR., Nelson - Instituições de Direito Civil, 2. vol., 3.ª ed., São Paulo: Thomson Reuters/Revista dos Tribunais, 2021.

ROPPO, Vincenzo. Il racconto della legge, Milano: Baldini-Castoldi, 2019.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Tácio Lacerda Gama
Disciplina:	Interpretação e fundamentação no Direito Tributário
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo da interpretação e da fundamentação no direito tributário, partindo das correntes teóricas sobre interpretação para, em seguida, verificar se o CPC, a LINDB e o CTN veiculam normas de interpretação e como elas vêm sendo adotadas na fundamentação das decisões proferidas pelos tribunais judiciais e administrativos. Toda compreensão e interação com o Direito Tributário pressupõe um ato de interpretação. Partindo dessa premissa, o curso instigará o aluno a pesquisar e sistematizar o estatuto teórico das teorias da interpretação, chamadas de: tradição, analítica, hermenêutica e funcional. Tendo como ponto de partida as normas de interpretação constantes no CPC, LINDB, CTN e problemas reais, será possível entender como essas correntes se articulam e se aglutinam na contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário: linguagem e método. 8ª ed. São Paulo: Noeses, 2021.

GAMA, Tácio Lacerda. Competência Tributária: fundamentos para uma teoria da nulidade. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2021.

GAMA, Tacio Lacerda. Normas de interpretação no direito tributário: uma teoria dialógica sobre interpretação, argumentação e fundamentação na sociedade em rede. São Paulo. PUC-SP. 2022.

VESTING, Thomas. Legal theory and the media of law. Northampton, Ma, USA: Edward Elgar, 2018.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Disciplina:	Filosofia do Direito: Justiça e Vingança
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	2º/2023
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

1. Para uma metódica de análise: história, mito e ontologia.
 2. Objetivo: discutir na percepção do direito a convivência de estruturas.
 3. A estrutura da vingança e da justiça.
 4. Vingança e justiça: o nascimento do tribunal.
 5. A instituição penal e justiça/vingança.
 6. Contrato e vingança: a dimensão civil.
 7. Justiça, justiça e senso de justiça: a inveja - para uma delimitação entre justiça e vingança.
- Valer-se-á, metodicamente, de exposição teórica e seminários.

Bibliografia Basica:

- PLATÃO. República, Livro IV/ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco, Livro V.
- NIETZSCHE Para a genealogia da moral: ed. Scipione, São Paulo 2001.
- ROBERT SOLOMON Justice v. Vengeance em The Passions of Law, Susan Bandes, 1999, ensaio 4).
- MIHAELA MIHAI: Transitional Justice - Negative Emotions and Transitional Justice, 2016, Introduction: The Problem -p.25 ss, Theorizing Resentment and Indignation - p.45 ss, South Africa and Argentine, p. 101 ss
- JOSÉ DE SOUZA MARTINS: Linchamentos: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Teresa Celina Arruda Alvim
Professores Convidados:	Nelson Luiz Pinto e Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Disciplina:	Precedentes e sua Instrumentalização no Direito Brasileiro
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	2º/2023
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A matéria desenvolvida neste primeiro semestre de 2023 diz respeito a uma alteração substancial de paradigma do direito brasileiro, que foi a criação de precedentes vinculantes, pelo CPC de 2015. O direito estrangeiro será estudado, tanto o dos países de common law, quanto o dos países de civil law, em que também se detecta a tendência de se adotarem institutos, cujo objetivo é o de uniformizar a jurisprudência a partir das decisões dos Tribunais Superiores. Com os olhos voltados para o direito brasileiro, todos os institutos com esse objetivo - repetitivos, IAC, IRDR etc. - serão minuciosamente estudados.

Bibliografia Básica:

ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa (coord.). Direito jurisprudencial. São Paulo: Ed. RT, 2012

ARRUDA ALVIM WAMBIER, Teresa; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; MARINONI, Luiz Guilherme (coords.). Direito Jurisprudencial - v. II. São Paulo: Ed. RT, 2014.

CRAMER, Ronaldo. Precedentes judiciais: teoria e dinâmica. Rio de Janeiro: Forense.

FERRAZ, Taís Schilling. O precedente na jurisdição constitucional: construção e eficácia do julgamento da questão com repercussão geral. São Paulo: Saraiva.

MITIDIERO, Daniel. Precedentes: da persuasão à vinculação. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Professor Responsável:	Wagner Balera
Disciplina:	Previdência Complementar: A interação entre o público e o privado
Núcleo de Pesquisa:	Direito Previdenciário
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	2º/2023
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O direito à seguridade social compreende a interação entre o público e o privado. Este último ingressa no direito público com as características do moderno direito contratual, mas atua sob o vigilante controle do poder público. O curso pretende estabelecer, a partir do marco constitucional dos princípios da seguridade social, a precisa linha divisória entre as atividades próprias do poder público e aquelas que estão reservadas à iniciativa privada.

Bibliografia Básica:

WAGNER BALERA, Sistema de Seguridade Social, LTr;

WAGNER BALERA, Comentários à Lei de Previdência Privada; Quartier Latin;

DANIEL PULINO, Previdência Complementar: natureza jurídico-constitucional e seu desenvolvimento pelas entidades privadas. Editora Conceito.

MANOEL SOARES PÓVOAS, Previdência Privada - Filosofia, Fundamentos Técnicos e Conceituação Jurídica.

PAUL DURAND, La Política Contemporanea de Seguridad Social, Ed. Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, Española.